

PROVA DE CONTABILIDADE GERAL COMENTADA

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

ISS-UBERLÂNDIA (FUNDEP)

Meus camaradas, a seguir comentamos as 8 questões exigidas no concurso para Auditor Fiscal Tributário da Prefeitura de Uberlândia-MG (ISS-Uberlândia), aplicadas pela banca FUNDEP.

Todas as questões da prova exploraram a literalidade dos Pronunciamentos Contábeis (todos clássicos), com pequenas exigências da Lei n. 6.404/76.

Não vislumbramos nada passível de recursos.

Um forte abraço!

Possati

Siga o @profgilmarpossati

Inscreva-se no Canal YT Contabilizando

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, tomando como base os preceitos da NBC TG 26, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

() Um item do ativo deve ser classificado como ativo circulante de uma entidade quando se espera que seja realizado ou quando se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

() Um item do passivo deve ser classificado como um elemento integrante do grupo passivo circulante de uma entidade quando é mantido por essa entidade essencialmente para a finalidade de ser negociado.

() O passivo financeiro deve ser classificado como não circulante quando a sua liquidação estiver prevista para o período de até 12 meses após a data do balanço, e o prazo original para sua liquidação estiver definido para um período superior a 12 meses.

() Os ativos não circulantes incluem ativos que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, quando não se espera que sejam realizados no período de até 12 meses após a data do balanço.

Assinale a sequência correta.

a) V F V F

b) F V F V

c) F F V V

d) V V F F

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

(**VERDADEIRO**) *Um item do ativo deve ser classificado como ativo circulante de uma entidade quando se espera que seja realizado ou quando se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.*

Segundo o CPC 26,

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou

d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

(VERDADEIRO) *Um item do passivo deve ser classificado como um elemento integrante do grupo passivo circulante de uma entidade quando é mantido por essa entidade essencialmente para a finalidade de ser negociado.*

Segundo o CPC 26,

69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;

b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou

d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

(FALSO) *O passivo financeiro deve ser classificado como não circulante quando a sua liquidação estiver prevista para o período de até 12 meses após a data do balanço, e o prazo original para sua liquidação estiver definido para um período superior a 12 meses.*

Segundo o CPC 26,

72. A entidade deve classificar os seus passivos financeiros **como circulantes** quando a sua liquidação estiver prevista para o período de até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

(a) o prazo original para sua liquidação tenha sido por período superior a doze meses; e

(b) um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamento a longo prazo seja completado após a data do balanço e antes de as demonstrações contábeis serem autorizadas para sua publicação.

Observe que esse item é um exemplo de aplicação da essência sobre a forma.

(FALSO) *Os ativos não circulantes incluem ativos que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, quando não se espera que sejam realizados no período de até 12 meses após a data do balanço.*

Segundo o CPC 26,

68. O ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses. **Os ativos circulantes incluem ativos (tais como estoque e contas a receber comerciais) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data do balanço.** Os ativos circulantes também incluem ativos essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados (por exemplo, alguns ativos financeiros que atendem à definição de mantidos para negociação no CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e a parcela circulante de ativos financeiros não circulantes.

Gabarito: D

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Para que a informação contábil-financeira seja útil, é preciso que seja relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. A esse respeito, relacione a COLUNA II com a COLUNA I, associando as denominações e as descrições e/ou definições às suas respectivas características qualitativas da informação contábil financeira, conforme prescrito pela NBC TG Estrutura Conceitual.

COLUNA I

1. Relevância
2. Materialidade
3. Representação fidedigna

COLUNA II

() A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levarem em consideração ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes. A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

() A informação tem essa característica se a sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, essa característica é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na

natureza ou na magnitude, ou em ambos, dos itens aos quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.

() O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias. Um retrato completo de um grupo de ativos incluiria, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos que compõem o grupo, e o retrato numérico de todos os ativos que compõem o grupo, e a descrição acerca do que o retrato numérico representa (por exemplo, custo histórico original, custo histórico ajustado ou valor justo).

Assinale a sequência correta.

- a) 1 2 3
- b) 3 2 1
- c) 2 3 1
- d) 2 1 3

Comentários

Todas as assertivas exploraram a literalidade do CPC 00 – Estrutura Conceitual.

(1.Relevância) *A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levarem em consideração ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes. A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.*

(2. Materialidade) *A informação tem essa característica se a sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, essa característica é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos, dos itens aos quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.*

(3. Representação fidedigna) *O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias. Um retrato completo de um grupo de ativos incluiria, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos que*

compõem o grupo, e o retrato numérico de todos os ativos que compõem o grupo, e a descrição acerca do que o retrato numérico representa (por exemplo, custo histórico original, custo histórico ajustado ou valor justo).

Gabarito: A

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Analise as afirmativas a seguir relativas ao grupo Ativo Intangível do Balanço Patrimonial, tomando por base os preceitos da NBC TG04 e da Lei nº 6.404/1976.

I. No grupo Ativo Intangível, devem ser classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

II. Um ativo é identificado como Ativo Intangível quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade.

III. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

I – **Certo**. Segundo a Lei n. 6.404/76,

Art. 179, VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

II – **Certo**. Segundo o CPC 04,

12. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

III – Certo. Segundo o CPC 04,

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Gabarito: D

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Com relação ao ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo, tomando por base os preceitos da NBC T 19.17, assinale a alternativa incorreta.

a) A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade, permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

b) A aplicação do conceito de ajuste a valor presente sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. Por isso, valor presente e valor justo são sinônimos. O ajuste a valor presente deve ser aplicado a esses elementos como se fosse nova medição de ativos e passivos.

c) Em termos de meta a ser alcançada, ao se aplicar o conceito de valor presente, deve-se associar tal procedimento contábil à mensuração de elementos do ativo e do passivo, levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados.

d) Elementos de ativos e de passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original desses elementos dentro da filosofia de valor justo (fair value).

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

a. **Certo**. Segundo o CPC 12,

2. A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

b. **Errado**. Segundo o CPC 12,

6. É necessário observar que a aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. Por isso, valor presente e valor justo não são sinônimos. Por exemplo, a compra financiada de um veículo por um cliente especial que, por causa dessa situação, obtenha taxa não de mercado para esse financiamento, faz com que a aplicação do conceito de valor presente com a taxa característica da transação e do risco desse cliente leve o ativo, no comprador, a um valor inferior ao seu valor justo; nesse caso prevalece contabilmente o valor calculado a valor presente, inferior ao valor justo, por representar melhor o efetivo custo de aquisição para o comprador. Em contrapartida o vendedor reconhece a contrapartida do ajuste a valor presente do seu recebível como redução da receita, evidenciando que, nesse caso, terá obtido um valor de venda inferior ao praticado no mercado.

Valor justo (fair value) - é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Valor presente (present value) - é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.

Com base nessas definições, devemos distinguir AVP de valor justo da seguinte forma:

AVP: tem como objetivo efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Esse fluxo de caixa pode estar representado por ingressos ou saídas de recursos (ou montante equivalente; por exemplo, créditos que diminuem a saída de caixa futuro seriam equivalentes a ingressos de recursos). Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados), data do referido fluxo financeiro e taxa de desconto aplicável à transação.

Valor justo: tem como primeiro objetivo demonstrar o valor de mercado de determinado ativo ou passivo; na impossibilidade disso, demonstrar o provável valor que seria o de mercado por comparação a outros ativos ou passivos que tenham valor de mercado; na impossibilidade dessa alternativa também, demonstrar o provável valor

que seria o de mercado por utilização do ajuste a valor presente dos valores estimados futuros de fluxos de caixa vinculados a esse ativo ou passivo; finalmente, na impossibilidade dessas alternativas, pela utilização de fórmulas econométricas reconhecidas pelo mercado.

Vê-se, pois, que em algumas circunstâncias o valor justo e o valor presente podem coincidir.

c. **Certo**. Segundo o CPC 12,

8. Em termos de meta a ser alcançada, ao se aplicar o conceito de valor presente deve-se associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Desse modo, as informações prestadas possibilitam a análise e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos escassos. Para tanto, diferenças econômicas entre ativos e passivos precisam ser refletidas adequadamente pela Contabilidade a fim de que os agentes econômicos possam definir com menor margem de erro os prêmios requeridos em contrapartida aos riscos assumidos.

d. **Certo**. Segundo o CPC 12,

9. Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value). Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não CPC_12 4 monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subseqüentes no que respeita à figura de juros embutidos. Ressalte-se que nem todo ativo ou passivo não-monetário está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente; por exemplo, um item não monetário que, pela sua natureza, não está sujeito ao ajuste a valor presente é o adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento em bens e serviços.

Gabarito: B

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Segundo a Lei nº 6.404/1976 e a NBC TG 03, a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) deve indicar, no mínimo, as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Com relação a esses fluxos e segundo essas duas normas legais, assinale a alternativa incorreta.

a) As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. Informações históricas dos fluxos de caixa são frequentemente utilizadas como indicador do montante, época de ocorrência e grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

b) O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos com fontes externas de financiamento. Entretanto, esses fluxos não devem ser usados na projeção de fluxos futuros de caixa operacionais.

c) A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

d) A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento incluem (i) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade e (ii) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

a. **Certo.** Segundo o CPC 03,

4. A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. **As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a**

capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos.

5. Informações históricas dos fluxos de caixa são frequentemente utilizadas como indicador do montante, época de ocorrência e grau de certeza dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para averiguar a exatidão das estimativas passadas dos fluxos de caixa futuros, assim como para examinar a relação entre lucratividade e fluxos de caixa líquidos e o impacto das mudanças de preços.

b. **Errado**. Segundo o CPC 03,

13. O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. **As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunto com outras informações, na projeção de fluxos futuros de caixa operacionais.**

c. **Certo**. Segundo o CPC 03,

16. A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

d. **Certo**. Segundo o CPC 03,

17. A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento são:

- (a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- (b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;
- (c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;

(d) amortização de empréstimos e financiamentos; e

(e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento.

Observação: A expressão “arrendamento mercantil” foi substituída em todo o pronunciamento por “arrendamento” pela Revisão CPC 14. No entanto, não creio que isso seja suficiente para tornar a assertiva errada.

Gabarito: B

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Analise as afirmativas a seguir relativas ao Ativo Imobilizado, tomando como base os preceitos da NBC TG 27.

I. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período, a menos que seja passível de capitalização.

II. O valor justo de um ativo é mensurável de forma confiável (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo.

III. Cada componente de um item do ativo imobilizado deve ser depreciado conjuntamente, mesmo que tenha um custo significativo em relação ao custo total do item. A entidade deve alocar o valor inicialmente reconhecido de item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item e deve depreciá-los conjuntamente, com o mesmo critério. Estão corretas as afirmativas

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

I – **Certo**. Segundo o CPC 27,

23. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser

reconhecida como despesa com juros durante o período (ver os Pronunciamentos Técnicos CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, principalmente seu item 9, e CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), a menos que seja passível de capitalização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos.

II – **Certo**. Segundo o CPC 27,

26. O valor justo de um ativo é mensurável de forma confiável: (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com segurança tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do segundo deve ser usado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente.

III – **Errado**. Segundo o CPC 27,

43. Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser **depreciado separadamente**.

44. A entidade deve alocar o valor inicialmente reconhecido de item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item e deve depreciá-los **separadamente**. Por exemplo, pode ser adequado depreciar separadamente a estrutura e os motores de aeronave. De forma similar, se o arrendador adquire o ativo imobilizado que esteja sujeito a arrendamento operacional, pode ser adequado depreciar separadamente os montantes relativos ao custo daquele item que sejam atribuíveis a condições do contrato de arrendamento favoráveis ou desfavoráveis em relação a condições de mercado.

Gabarito: A

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Sobre o tratamento contábil para os estoques, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas, tomando como base os dispositivos da NBC TG 16.

() O custo dos estoques é recuperável se estes estiverem danificados, total ou parcialmente obsoletos ou com preços de venda diminuídos. O custo dos estoques também é recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado.

() O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como os

custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.

() O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais. A identificação específica do custo significa que são atribuídos custos específicos a itens identificados do estoque.

() O valor realizável líquido reflete o preço pelo qual uma transação ordenada ocorre para a venda do mesmo estoque no mercado principal (ou mais vantajoso) para esse estoque entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo é a quantia que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios.

Assinale a sequência correta.

- a) V F V F
- b) F V F V
- c) V F F V
- d) F V V F

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

(FALSO) O custo dos estoques é recuperável se estes estiverem danificados, total ou parcialmente obsoletos ou com preços de venda diminuídos. O custo dos estoques também é recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado.

Segundo o CPC 16,

28. O custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. O custo dos estoques pode também não ser recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques (write down) para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso.

(VERDADEIRO) O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem

como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.

Segundo o CPC 16,

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

(VERDADEIRO) *O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais. A identificação específica do custo significa que são atribuídos custos específicos a itens identificados do estoque.*

Segundo o CPC 16,

23. O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais.

(FALSO) *O valor realizável líquido reflete o preço pelo qual uma transação ordenada ocorre para a venda do mesmo estoque no mercado principal (ou mais vantajoso) para esse estoque entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo é a quantia que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios.*

A assertiva inverteu os conceitos. Segundo o CPC 16,

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

7. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios. O valor justo reflete o preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do mesmo estoque no mercado principal (ou mais vantajoso) para esse estoque ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração. O primeiro é um valor específico para a entidade, ao passo que o segundo já não é. Por isso, o valor realizável líquido dos estoques pode

não ser equivalente ao valor justo deduzido dos gastos necessários para a respectiva venda.

Gabarito: D

(FUNDEP/Auditor Fiscal Tributário/ISS-Uberlândia/2019) Com relação à demonstração do resultado do exercício (DRE) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), tomando como base os preceitos da NBC TG 26 e da Lei nº 6.404/1976, assinale a alternativa incorreta.

- a) A DRE deve discriminar, entre outros, as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de fundos de previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.
- b) A entidade deve apresentar na DRA as rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários, os quais devem ser também incluídos nas notas explicativas e ser conciliados com o resultado líquido apresentado na DRE.
- c) A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na DRA ou nas notas explicativas.
- d) As despesas devem ser subclassificadas a fim de destacar componentes do desempenho que possam diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou de perda e previsibilidade.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

a. **Certo**. Segundo a Lei n. 6.404/76,

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

b. **Errado**. Segundo o CPC 26,

87. A entidade **não** deve apresentar rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários, quer na demonstração do resultado abrangente, quer na demonstração do resultado do período, quer nas notas explicativas.

c. **Certo**. Segundo o CPC 26,

90. A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas.

d. **Certo**. Segundo o CPC 26,

101. As despesas devem ser subclassificadas a fim de destacar componentes do desempenho que possam diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou de perda e previsibilidade. [...]

Gabarito: B
